Notícias do dia 07 de setembro

TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DE GOIÁS

Sumário

Número de notícias: 2 | Número de veículos: 2

O POPULAR - GO - MAGAZINE
TCE - GO
Novos caminhos 3

JORNAL O HOJE ON-LINE - GO - POLÍTICA
TCE - GO
Especialistas apontam problemas e benefícios das emendas sem carimbo 5

Novos caminhos

Em etapa reformulada de gestão ensino, Basileu França passa a ser gerenciado de forma compartilhada entre Estado e Universidade Federal de Goiás

Uma nova etapa no ensino e gestão da Escola do Futuro em Artes Basileu França começa a ser desenhada desde a última semana, quando o governo do Estado, por meio da Secretaria de Desenvolvimento e Inovação (Sedi), assinou um convênio entre as escolas do futuro e os colégios tecnológicos com a Universidade Federal de Goiás. Após período sendo coordenado por Organizações Sociais (OS), o que, de fato, muda com a nova gestão?

A partir deste mês, o Basileu França passa a ser gerenciado de forma compartilhada pela UFG, por meio da Fundação de Apoio à Pesquisa (Funape). Em linhas gerais, o convênio conecta a instituição cultural com o ensino superior e pesquisas oriundas da universidade. Também cria um intercâmbio educacional entre os aprendizados técnicos e teóricos da UFG com o ensino já reconhecido do Basileu França.

"O convênio traz vantagens interessantes, além de conectar a UFG com o Basileu. A intenção é aproveitar a expertise da universidade no ensino, pesquisa e extensão e, partir disso, somar esforços em uma instituição como o Basileu que já tem um jeito específico de trabalhar educação profissional em artes", aponta o titular da Sedi, Márcio Cesar Pereira. De acordo com o gestor, o Basileu é hoje a única escola do Brasil que trabalha simultaneamente com cinco eixos artísticos: música, circo, dança, teatro e artes plásticas.

Ao mesmo tempo em que o Basileu França passa por mudanças na gestão e administração, também percorre um caminho de transformações em sua estrutura física. Desde o último mês teve início a primeira etapa de revitalização no prédio localizado no Setor Leste Universitário. Com uma extensa reforma no teatro da escola, estão sendo feitas adequações na parte hidráulica, elétrica e na maquinaria do espaço. Outras correções também serão feitas nas salas de aula em uma segunda etapa. Estima-se que serão gastos nesses primeiros estágios cerca de R$ 10 milhões.

"O Basileu França já é uma referência em educação e cultura e queremos ampliar esse aprendizado com uma estrutura de qualidade para alunos e professores. A ideia é que entreguemos o teatro com suas adequações até dezembro", explica Cesar Pereira. Uma última etapa da revitalização do prédio da instituição deve ser realizada em 2022, com a ampliação em anexos. "O desejo é criar uma área de convivência entre a comunidade, cultura e arte", diz o secretário.

Orquestra

Outra questão que se transforma a partir do convênio entre o Basileu França e a UFG é a Orquestra Filarmônica de Goiás (OFG), hoje administrada dentro da instituição. Os 50 músicos que haviam sido recontratados em janeiro após serem exonerados por determinação do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás**, foram afastados de seus cargos. No momento, a OFG está em processo de contratação dos músicos. O maestro britânico Neil Thomson já está confirmado no comando do coro.

"É uma questão de regularização de uma orquestra que passou muitos anos sendo gerida irregularmente. Queremos criar caminhos para que a OFG continue sendo uma das maiores orquestras brasileiras, com todos seus direitos garantidos", afirma Cesar Pereira. A intenção é que até o próximo mês a situação da orquestra esteja assegurada com a recontratação dos músicos. "É preciso desenvolver formas de conexões entre a orquestra, o aprendizado do Basileu França e os alunos", destaca.

Visão para o futuro

"É um novo momento de construção e reformulação das pesquisas e produção das artes", aponta o professor do curso de Produção Cênica da Escola do Futuro em Artes Basileu França, Rafael Blat. De acordo com o professor, o convênio entre a UFG e o Estado procura manter o trabalho específico em artes e cultura referência em todo o País. "O Basileu França possui um trabalho bem específico, uma escola premiada internacionalmente e dentre as melhores da América Latina nesse gênero. Acredito que esse novo convênio procurará zelar por isso", diz.

Para o professor, é preciso que se mantenha uma continuidade de turmas e disciplinas do Basileu França, além de criar diretrizes educacionais que beneficiem professores e alunos. Ao mesmo tempo, Blat enxerga nas reformas e revitalizações do prédio uma conquista de um espaço que deve ser valorizado.

"Em breve, teremos o melhor teatro do Centro-Oeste e um dos mais bem equipados do Brasil, além de três novos prédios que serão construídos em anexo ao prédio atual", diz o professor.

Criar uma visão de rede educacional e aproveitar a maestria de pesquisa e extensão da UFG são alguns dos ganhos do Basileu França com o convênio assinado pelo Estado, de acordo com a atual diretora da instituição, Loide Magalhães. "Trata-se de um marco na história da educação profissionalizante de Goiás ao juntar todo o conhecimento da UFG com o trabalho desenvolvido pelo Basileu França, uma escola muito importante na arte brasileira. A instituição precisa dessa visão macro que a universidade possui", explica.

Todo o teatro está sendo refeito para melhorar as apresentações (Foto: Fábio Lima)

Site: https://www.opopular.com.br/digital/06-setembro-2021/1o-caderno

Especialistas apontam problemas e benefícios das emendas sem carimbo

Por: Redação

As emendas da modalidade "transferência especial" são motivo de divergências entre parlamentares do Congresso Nacional, o Tribunal de Contas da União (TCU), o Ministério Público Federal (MPF) e o Poder Executivo federal. Também conhecidas como emendas "sem carimbo", emendas "cheque em branco" ou "PIX orçamentário", essas emendas permitem que o dinheiro seja repassado por deputados federais e senadores a estados e municípios, sem ser necessário indicar anteriormente em quais projetos ou programas esses recursos serão aplicados nem passar por fiscalização prévia.

O advogado especializado em Direito Público, Thárik Uchôa, explica que a ideia dessas emendas é desburocratizar o repasse para atender as demandas de municípios e estados com mais rapidez. "Antes disso, podia levar seis anos para a verba chegar ao destino", exemplifica. Contudo, ele reforça que, mesmo nessa modalidade, existem algumas regras. "O fato de serem emendas 'sem carimbo' não quer dizer que o dinheiro público pode ser usado de qualquer maneira, pois há restrições. Só 30% da verba pode ser usada para custeio de serviço público. Os outros 70% devem ir para investimentos e despesa de capital", pontua.

Uchôa aponta também que a fiscalização do uso dessas emendas costuma ocorrer depois que a verba é aplicada nos projetos e programas. O TCU e o MPF fizeram críticas em relação às emendas "sem carimbo", mas o advogado explica que a fiscalização continua sendo realizada, só que não mais em âmbito federal, e sim estadual ou municipal. "Como os recursos passam a ir direto para os municípios e estados, já não é mais fiscalizado pelo TCU nem pelo MPF. Só que eu não vejo o porquê da preocupação desses órgãos, pois temos o Ministério Público Estadual e o **Tribunal de Contas do Estado** para fazer isso", ressalta.

Já o também advogado Luiz Fernando Silva, especializado em Direito Eleitoral e Partidário, defende a criação de regras que facilitem o controle dos gastos das transferências especiais, tanto por parte do TCU quanto dos órgãos de fiscalização locais. "No atual modelo, o controle prévio é dificultado, privilegiando-se o controle posterior", alerta ele. O volume desse tipo de emenda vem crescendo desde que teve início, após uma Emenda Constitucional de dezembro de 2019 originar o Artigo 166-A da Constituição Federal.

Bancadas

Por enquanto, as transferências especiais podem ser realizadas apenas de maneira individual, ou seja, por meio de cada deputado ou senador, somando quase R$ 2 bilhões neste ano. Contudo, os parlamentares queriam fazer com que elas fossem permitidas também por meio das bancadas estaduais, o que gerou ainda mais polêmica. O texto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2022 aprovado pelo Congresso previa que as emendas "sem carimbo" atingissem o patamar de cerca de R$ 7 bilhões no ano que vem, ao possibilitar que também pudessem ser feitas por meio das bancadas.

No entanto, o presidente Jair Bolsonaro vetou esse trecho da LDO na semana passada, alegando que a Constituição autoriza transferências especiais apenas de forma individual. Apesar disso, o veto do presidente ainda pode ser derrubado pelos parlamentares. Outro ponto importante sobre esse assunto é que o Supremo Tribunal Federal ainda irá analisar se o uso de emendas "sem carimbo" pelas bancadas viola a Constituição ou não. Para Luiz Fernando Silva, "deveria haver previsão constitucional para a implantação das transferências especiais nas emendas de bancada, e não apenas previsão legal por meio da LDO".

O especialista em Direito Eleitoral e Partidário também destaca que essa modalidade de emenda, ainda que apenas de forma individual, costuma ser usada por parlamentares para atender demandas de suas bases eleitorais. "Isso pode gerar um certo desequilíbrio na disputa eleitoral, porém nem sempre destinar muitos recursos aos municípios representará a vitória na eleição, já que o perfil buscado pelos eleitores tem mudado e vimos candidatos que nunca tiveram mandatos anteriormente se elegerem", avalia.

Transparência

A falta de transparência dos gastos feitos a partir das emendas "sem carimbo" é uma das grandes polêmicas. Isso ocorre porque a Emenda Constitucional que possibilitou essas emendas não

traz normas que obrigam as prefeituras e estados a darem publicidade a esses gastos. Apesar de não ser obrigatória, uma das ferramentas que os governantes poderiam utilizar para fazer essa publicidade é o relatório de gestão na Plataforma Mais Brasil. Mas, segundo o Instituto Nacional de Orçamento Público (INOP), esse relatório foi preenchido por uma quantidade muito pequena de municípios e estados no ano passado.

O advogado Thárik Uchôa ressalta que a falta de transparência não se limita aos gastos com verbas das transferências especiais. "Em Goiás mesmo, há um problema grande de falta de transparência dentro dos sites das prefeituras, já que nem todas elas atualizam as informações e colocam os dados de despesas e receitas", detalha. Ele complementa afirmando que "só o fato de o gestor ser transparente não impede que ocorra uma ação de improbidade administrativa, pois a grande questão é a destinação dos recursos públicos, não devendo haver desvio de verbas e respeitando-se os limites legais".

O especialista em Direito Público indica que a melhor solução para o gestor não incorrer em risco de improbidade administrativa em relação a qualquer tipo de emenda parlamentar é agir de maneira preventiva, colocando as informações no site da prefeitura e no Portal da Transparência. "O que o agente político tem que ter em mente é que se trata de dinheiro público e, portanto, é muito importante que ele seja transparente e demonstre para que foram usadas essas verbas, fazendo a vinculação das receitas com as despesas", defende.

Site:
https://ohoje.com/noticia/politica/n/1338277/t/especialistas-apontam-problemas-e-beneficios-das-emendas-sem-carimbo/